



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -

E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004/2023

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2023

Figueira, 11 de janeiro de 2023.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º001/2023

1. OBJETO:

1.1 Trata-se de contratação de pessoa jurídica para Aquisição do Sistema Audatex de orçamentação eletrônica para calcular a estimativa dos custos de reparação dos veículos de mecânica leve e pesada para Implantação. Nos seguintes termos:

1.2 (02-duas) LICENÇAS DE USO, TREINAMENTO DA PLATAFORMA E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA, Software de orçamentação eletrônica destinada a reparação automotiva, o sistema contém um completo banco de dados com todos os modelos de veículos nacionais e importados, desde 1984, contendo 98% da frota circulante no País, permitindo orçamentos rápidos, claros e precisos e reduzindo significativamente o tempo gasto para se obter uma informação. Contém modelos de caminhões a partir de 1987, totalizando 1877 modelos diferentes de cinco montadoras (VW, FORD, MERCEDES-BENZ, SCANIA E VOLVO), perfazendo 85% da frota circulante no País. Possui preços de peças de motocicletas, com modelos desde 2000, contemplando 80% da frota circulante no País. VALIDA POR 12 MESES.

Valor Total do processo de Inexigibilidade de licitação nº 001/2023:

R\$ 10.779,39 (dez mil setecentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos).

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 Enquadramento no Artigo 25, inc. I da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -

E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

Se faz necessário processo de inexigibilidade para contratação dos serviços de pesquisa de preços. A pesquisa de preços para que a Administração possa avaliar o custo da contratação constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida por diversas jurisprudências. Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido e em diversos sites da Administração Pública. Assim, vários contatos precisam ser mantidos para que se consiga finalizar a pesquisa, especialmente quando diz respeito à contratação de serviços ou do objeto com poucos fornecedores no mercado. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexecutável, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à administração pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de aquisição de peças para manutenção dos veículos da frota municipal. Portanto, é necessário que este departamento, na fase interna, tenha acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de aquisição de peças tendo este como base de referência dos valores para a aplicação dos descontos a serem definidos em processo licitatório; bem como, agilizar e otimizar o processo de pesquisa e acompanhamento dos valores de mercado, sendo uma ferramenta para pesquisa de preços de extrema necessidade a este departamento, sendo assim, sua contratação é de suma importância para atendimento as demandas de aquisição de peças executadas por este município.

Os recursos financeiros destinados ao pagamento do objeto de que trata a presente dispensa de licitação são oriundos da receita própria do município.

A Comissão Permanente de Licitações é de parecer favorável a contratação da empresa **AUDATEX BRASIL SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 02.144.891/0001-85, estabelecida na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Bloco E, 7º andar, Jardim São Luís, CEP nº 05.805-000, em São Paulo/SP, considerando o disposto no Artigo 25, Inciso I, da Lei de Licitações nº 8.666/93 e o contido do Termo de Referência que integra o presente processo.

A Comissão Permanente de Licitação submete este processo a apreciação e parecer da Assessoria Jurídica do Município

JOARES RODRIGUES DE PROENÇA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

3. ENQUADRAMENTO LEGAL:

3.1 O presente processo de inexigibilidade de licitação encontra-se fundamentado no **Artigo 25, inciso, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993**, consolidada, com documentação apensa aos autos deste processo, fatos estes então ora enumerados e justificados que caracterizam claramente a contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -

E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

4.1 Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão próprios do Município de Figueira/Pr para o exercício de 2023.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1 Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento do município de Figueira/Pr para o ano de 2023, sendo:

INDICAÇÃO DOS RECURSOS - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Organograma	Máscara	Descrição da Despesa	Valor Previsto
03.002	03.002.04.122.0002.2002.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	10.779,39
Total Previsto:			R\$ 10.779,39

7. RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Se faz necessário processo de inexigibilidade para contratação dos serviços de pesquisa de preços. A pesquisa de preços para que a Administração possa avaliar o custo da contratação constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida por diversas jurisprudências. Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido e em diversos sites da Administração Pública. Assim, vários contatos precisam ser mantidos para que se consiga finalizar a pesquisa, especialmente quando diz respeito à contratação de serviços ou do objeto com poucos fornecedores no mercado. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexecutável, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à administração pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de aquisição de peças para manutenção dos veículos da frota municipal.. Portanto, é necessário que este departamento, na fase interna, tenha acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de aquisição de peças tendo este como base de referencia dos valores para a aplicação dos descontos a serem definidos em processo licitatório. Bem como, agilizar e otimizar o processo de pesquisa e conferencia destes valores, sendo uma ferramenta para pesquisa de preços de extrema necessidade a este departamento, sendo assim, sua contratação é de suma importância para atendimento as demandas de aquisição de peças executadas por este município.

8. COMUNICAÇÃO:

8.1 Comunicamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal a situação de inexigibilidade neste processo caracterizado, sobre a qual requeremos despacho, para



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -
E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

que possamos dar continuidade à contratação no atendimento dos interesses da Administração Municipal, conforme artigo 26, caput, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

Figueira (PR), 11 de janeiro de 2.023.

Atenciosamente,

JOSE CARLOS CONTIERO
PREFEITO

PARECER JURIDICO

Trata-se de solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração - Gabinete de contratação da empresa AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA, para fornecer software de pesquisa de preços (software), para acesso ao banco de dados de preços de peças para manutenção de automóveis, caminhões e motocicletas da frota da Municipalidade, caminhões e motos, pelo período de 12 (doze) meses, ao custo máximo de **R\$ 10.779,39 (dez mil setecentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos)**.

O procedimento veio acompanhado do Termo de Referência, Certidão ASSESPROSP, Apresentação do Software e Proposta Comercial, 21ª Alteração Contratual, Documentos Pessoais, Orçamento, Notas Fiscais, Certidões Negativas, Atestado de Exclusividade, Acórdão nº 1444/08 – TC/PR e Parecer Contábil.

O Departamento de Compras, Licitações e Contratos encaminhou os autos para avaliação jurídica por parte desta Procuradoria Jurídica, levando-se em consideração o disposto no art. 38, inc. VI e parágrafo único, 1 da Lei n.º 8.666/93.

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO

A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, inc. XXI 2 . Partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em dispensa e inexigibilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -

E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

1 “Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (...) VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade; (...) Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”

- 3 Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

4

De forma muito simples e objetiva, Fernanda MARINELA assim as distingue:

Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação ‘exigível’ que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação.

3 Na inexigibilidade (art. 25, da Lei de Licitações e Contratos), a licitação seria inteiramente descabida em face da inviabilidade de competição, ou porque o objeto perseguido é singular, não existindo outro similar, ou porque singular é o ofertante do serviço ou o produtor/fornecedor do bem desejado. Em suma, um único particular está em condições de atender ao interesse público. O pressuposto aqui é a própria impossibilidade de competição.

Já na dispensa, a licitação seria em tese possível, em face de uma necessidade pública específica e a existência de bens ou serviços disponíveis, em quantidades tais a justificarem uma licitação. Contudo, razões de ordem superior, relacionadas à satisfação de interesse público, também merecedor de imediata acolhida, justificam uma contratação direta, sem recurso à licitação.

A inviabilidade de competição, por força da ausência de pluralidade de alternativas de contratação para a Administração Pública, justifica a contratação, via inexigibilidade, com base no artigo 25, inciso I, 4 da Lei Federal n.º 8.666/93, da



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -
E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

Oracle do Brasil Sistemas Ltda., conquanto que apresente declaração de exclusividade ou outro documento equivalente, fornecido pelo fabricante.

Todavia, mesmo nas hipóteses de inexigibilidade ou de dispensa, o administrador público não está inteiramente livre para contratar. É preciso a observância de determinados requisitos legais e constitucionais, os quais devem estar devidamente demonstrados nos autos do procedimento de dispensa ou inexigibilidade.

Além do enquadramento do caso concreto a alguma das hipóteses elencadas nos incisos do art. 24, da Lei n.º 8.666/93, é preciso que a contratação observe ainda o disposto no art. 26, do mesmo Diploma Legal, que assevera:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

3 MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013. p. 465-366. 4 “Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;”

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, se for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Portanto, é imprescindível a explicitação das razões da escolha do contratado, a justificativa do preço, evitando-se prejuízos ao erário em razão de superfaturamentos, e a publicação do extrato da inexigibilidade na imprensa oficial.

Feitas essas considerações prévias, passa-se ao exame do caso concreto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -
E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

2.2 O CASO CONCRETO

Levando-se em consideração os documentos que instruem o presente procedimento, e aqueles que são necessários em todos e quaisquer procedimentos licitatórios, passa a analisá-los, objetivamente:

Exigências Satisfeitas: (i) Modalidade: o Atestado de Exclusividade, emitido pela ASSESPRO – Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação atesta que a empresa AUDATEX Brasil Serviços Ltda. é a única que fornece o produto e a senha de acesso à ferramenta de pesquisas, conhecida como Tabela Audatex, muito utilizada pelos Municípios na fase interna de elaboração dos seus procedimentos licitatórios visando a reparação de veículos. Com isso, fica comprovada a inviabilidade da competição, por força da ausência de pluralidade de alternativas de contratação para a Administração Pública. De consequência, justifica-se a contratação, via inexigibilidade, com base no art. 25, inc. I, da Lei n.º 8.666/93;

(ii) Justificativa do Preço: o procedimento veio acompanhado de orçamento apresentado pela empresa, acompanhado de Notas Fiscais contendo os mesmos serviços a serem prestados e emitidas pela empresa no último semestre aos municípios de Assai, Pinhais e Uruguaiana, demonstrando que o preço ofertado é condizente com o que a Audatex Brasil Serviços Ltda. vem praticando. Assim, a justificativa (estimativa) de preços está em conformidade com o disposto nos artigos 7º, § 2º, inciso II, e 40, § 2º, inciso II, ambos da Lei n.º 8.666/93;

(b) Exigência Não Satisfeita: (i) Prazo de execução: no Termo de Referência que a contratação pretendida é pelo prazo de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação até o limite autorizado pela legislação (art. 57, inc. IV, da Lei nº. 8.666/93).

Dessa forma, recomenda-se que sejam estabelecidos no instrumento contratual os critérios de reajuste para as eventuais prorrogações efetuadas, sugerindo-se a aplicação do índice oficial IPCA a ser praticado após o decurso de 12 meses da assinatura pelas partes.

3 CONCLUSÃO ANTE O EXPOSTO, esta Procuradoria Jurídica Municipal OPINA pela viabilidade da contratação direta, via inexigibilidade, da empresa AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA, para fornecer software de pesquisa de preços (software), para acesso ao banco de dados de preços de peças para manutenção de automóveis, caminhões e motocicletas da frota da



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -

E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

Municipalidade, caminhões e motos, pelo período de 12 (doze) meses, ao custo máximo de **R\$ 10.779,39 (dez mil setecentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, desde que sanada a exigência apontada no Subitem 2.2, "b", "i".

O Departamento de Compras, Licitações e Contratos deverá observar e certificar a satisfação da exigência mencionada, sendo desnecessário o retorno dos autos a este Departamento para novo parecer.

Ainda, como condição de validade dos atos, o Departamento de Compras, Licitações e Contratos deverá, nessa ordem: (i) no prazo de 03 (três) dias, comunicar a autoridade superior (Prefeito Municipal), para ratificação; (ii) publicar a inexigibilidade nos veículos oficiais, no prazo de 05 (cinco) dias; e (iii) firmar contrato ou documento equivalente com a concessionária.

É o parecer

Figueira (PR) em 11 de janeiro de 2.023

FABIO ANTONIO MAXIMIANO DE SOUZA

OAB/ n.31351

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 001/2023

Respaldo Legal: Art. 25 inciso III da Lei 8.666/93 consolidada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA

Estado do Paraná

Rua Dr. Zoilo Simões, 410 - Fone/Fax (043) 3547-1114 - CEP 84285-000 -

E-MAIL- licitacao@figueira.pr.gov.br

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DESPACHO DO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL

Trata-se de contratação de pessoa jurídica para Aquisição do Sistema Audatex de orçamentação eletrônica para calcular a estimativa dos custos de reparação dos veículos de mecânica leve e pesada para Implantação.

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação da empresa **AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ 02.44.891/0001-85 com sede na AV MARIA COELHO AGUIAR, 215 – BLOCO E, 7º andar cep 05804-900 cidade de São Paulo para a **contratação de SISTEMA DE TABELA AUDATEX**, autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em **R\$ 10.779,39 (dez mil setecentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, com a realização do certame licitatório na Modalidade **Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2023**, com respaldo legal nos termos do **artigo 25 inciso III da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993** consolidada, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Figueira (PR), 11 de janeiro de 2.023.

JOSE CARLOS CONTIERO

Prefeito Municipal